



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

*Recebido
Em 15/08/2016*

Em 02 de agosto de 2016.

Mensagem nº18/2016

Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo

25.^a Sessão Data 18.08.16
As doudas comissões para parecer.
Presidente

Senhor Presidente,

Com meus habituais cumprimentos, apresento para análise e deliberação dessa Colenda Casa de Legisladores, projeto de Lei que "Dispõe sobre operações de pousos e/ou decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia".

A iniciativa visa, com base nos fundamentos a seguir apresentados, preservar a integridade física dos frequentadores e comerciantes nos 22,5 Km de nossas praias.

Objetiva ainda, preservar os bens de terceiros e evitar possíveis incidentes que venham a atingir a integridade física dos praticantes dos esportes com parapentes, asas delta e paramotores, uma vez que Praia Grande não ser local indicado e homologado para a prática desses esportes.

Acresça-se a isso o grande número de pessoas que ocupam a faixa de areia impossibilitando as operações tratadas nesta propositura que colocam em risco virtual a vida de banhistas e bens de terceiros. Some-se ainda o fato de que a segurança de voo fica comprometida, prejudicando também a qualidade do lazer e potencializando o número e acidentes com vítimas.

Lembro que Praia Grande não dispõe de um Sítio de Voo ou aeródromo destinado as operações de pouso e/ou decolagens de parapentes, asas delta e paramotores, ou seja, não há uma área que ofereça condições ideais em termos de segurança e que atenda a legislação aeronáutica, evitando que se coloque risco as vidas ou bens de terceiros no solo.

Destaco por fim, que a legislação pertinente proíbe voo sobre construções ou grande volume de pessoas abaixo de 1.000 pés ou 500 pés em locais inabitados, bem como, a cidade não dispõe de espaço de voo para a prática de voo livre cadastrado pelo Serviço Regional de Aviação Civil (SERAC), ou seja, não há espaço aéreo destinado à prática de voo livre no município devidamente autorizado pela autoridade aeronáutica e estabelecido na forma das normas aeronáuticas.

Assim, caso o Douto Colegiado desse Poder Legislativo decida pela aprovação pretendida, estará colaborando para que o Município tenha a



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

necessária ferramenta jurídica para assegurar, no que se refere a legislação proposta, o bem estar de todos que frequentam as extensas faixa de areia e a orla de nossa praia.

Considerando a relevância da matéria, solicito seja a mesma, apreciada com a necessária urgência.

Atenciosamente,

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

Excelentíssimo Senhor
Roberto Andrade e Silva
Presidente da Câmara Municipal da
Estância Balneária de Praia Grande - SP



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

30.ª Sessão Data 22/09/16
Encaminhamento REJEITADO

PROJETO DE

LEI Nº 024 /16

DE

Presidente

“Dispõe sobre operações de pousos e/ou decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia”

O Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faço saber que a Câmara Municipal, em sua ____ Sessão ____, realizada em ____ de ____ de 2016, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei :

Artigo 1º - Fica expressamente proibida a operação de pouso e/ou decolagens de parapentes, asas delta e paramotores em toda a extensão do município, em especial, na orla da praia, exceto se houver autorização expressa da autoridade aeronáutica competente e atender todas as normas de segurança aérea.

Parágrafo único – Entende-se como:

- a) parapente, também conhecido como paraglider - um pára-quedas cujo velame, quando inflado, assume o formato de um aero-fólio, permitindo algum controle de sua trajetória durante a descida.
- b) asa delta - tipo de aeronave composta por tubos de alumínio que proporciona a sua rigidez estrutural, é uma vela feita de tecido, que mantém a sua sustentação no ar.
- c) paramotor - uma aeronave composta por um pára-quedas tipo parapente e um conjunto motor/hélice/tanque de combustível que fica atrelado às costas do piloto.

Artigo 2º - A violação da proibição implicará ao condutor ou proprietário do parapente, asa delta ou paramotor:

I - imposição de multa no valor de R\$ 5.000,00, valor que será dobrado na primeira reincidência e quadruplicado a partir da segunda reincidência;

II - caso a operação do equipamento, resulte em morte ou lesão corporal de terceiros, a multa aplicada será de R\$ 20.000,00, e de R\$ 10.000,00, caso gere apenas danos a bens públicos e/ou de terceiros, e de R\$ 30.000,00 caso culmine em morte e/ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima e danos a bens públicos e/ou de terceiros;

III - a retenção do equipamento utilizado, o qual será liberado após a apresentação da documentação comprobatória do equipamento e de comprovação da habilitação do condutor para pilotar o

26.ª Sessão Data 25/08/16

Encaminhamento a ser tomado

em 1ª discussão

Presidente

27.ª Sessão Data 01/09/16

Encaminhamento RETIRADO

DA Pauta a pedido

do LIDEA DO PREFEITO

Presidente



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

equipamento. Caso não seja apresentada documentação probatória, o condutor e/ou proprietário responderá por eventuais custas de remoção e estadia do equipamento.

§ 1º - Entende-se como reincidência o cometimento da mesma infração no mesmo dia ou num período inferior a 180 (cento e oitenta) dias contados da primeira aplicação do auto de infração.

§ 2º - Os valores das multas insertos neste artigo serão atualizados anualmente pelo índice aplicado pela Administração.

§ 3º - as sanções indicadas não eximem o infrator da responsabilidade civil e criminal a que estiver sujeito, sendo que, o condutor e o proprietário do equipamento utilizado no cometimento da infração respondem solidariamente pelo pagamento da multa prevista nesta lei.

Artigo 3º - Caberá aos integrantes da Guarda Civil Municipal, aos Agentes de Trânsito Municipal e aos integrantes das equipes de fiscalização municipal a realização da atividade de fiscalização para o fiel cumprimento desta lei.

Artigo 4º - A administração pública municipal adotará providências para:

I – a ampla divulgação desta lei nos meios de comunicação do município, por meio de mídias apropriadas, inclusive em outdoors e afins, se for o caso;

II – a Ouvidoria Municipal e o CICOE-PG devem estar preparadas para receberem as denúncias, inclusive as anônimas, quanto as eventuais infrações, vindo a adotar medidas operacionais para fiscalização da conduta e adoção das medidas legais.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se for o caso.

Artigo 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, editando normas complementares necessárias à sua execução e fiscalização, no prazo de 90 (noventa) dias.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palácio São Francisco de Assis, Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, aos ____ de ____ de ____ ano quinquagésimo da Emancipação.



Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

ALBERTO PEREIRA MOURÃO
PREFEITO

Reinaldo Moreira Bruno
Controlador-Geral do Município

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, aos __ de ____ de ____.

Marcelo Yoshinori Kameiya
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 101/16

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 05 fls, referentes a(o) Projeto de Lei nº 024/16 e uma folha de informação.

Praia Grande, 16 de agosto de 2016.



Fabiano Cardoso Vinciguerra
Operador Técnico

A Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 16 de agosto de 2016.



Manoel Roberto do Carmo
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

À DIRETORIA JURÍDICA
SENHORA DIRETORA:

Trata o presente processo de Projeto de Lei apresentado pelo Executivo Municipal, assim ementado: Dispõe sobre operações de pousos e decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia.

Inicialmente, cumpre-nos destacar que o artigo 20 da Constituição Federal de 1988 reservou à União Federal a propriedade do mar territorial, rios, lagos e quaisquer correntes de água localizados no território nacional.

As praias marítimas, o mar territorial e os terrenos de marinha, embora sendo bens da União, localizam-se, não obstante, no território de algum município, e por essa razão estão sujeitas à disciplina das atividades locais exercidas sobre estes bens, assim como ao poder de polícia municipal.

Compete aos Municípios estabelecer o ordenamento do uso das praias, especificando as áreas destinadas aos banhistas e à prática de esportes, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (§ 1.º do artigo 5.º da Lei n.º 7.661/1988).

Dessa forma é que o projeto em questão encontra simetria com a legislação federal, pois tem nítido propósito de salvaguardar a segurança, prevenir acidentes e zelar pela incolumidade física dos banhistas, das crianças e dos frequentadores de nossas praias.

Daí porque não vislumbramos restrições de ordem constitucional ou legal que impeçam a apreciação do projeto pelo Legislativo Municipal.

Praia Grande, 19 de agosto de 2016.


FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA
Procurador



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

SENHOR DIRETOR GERAL:

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.

Para vossa elevada deliberação.

Praia Grande, 19 de agosto de 2016.

FERNANDA CHRISTINA ALVAREZ LORENZO
Diretora Jurídica



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

PROCESSO Nº 101/16
PROJETO DE LEI Nº 24/15
AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO
Relator: Vereador ANTONIO EDUARDO SERRANO
PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e dez minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezesseis, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei apresentado pelo Executivo Municipal, assim ementado: Dispõe sobre operações de pousos e decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia.

Inicialmente, cumpre-nos destacar que o artigo 20 da Constituição Federal de 1988 reservou à União Federal a propriedade do mar territorial, rios, lagos e quaisquer correntes de água localizados no território nacional.

As praias marítimas, o mar territorial e os terrenos de marinha, embora sendo bens da União, localizam-se, não obstante, no território de algum município, e por essa razão estão sujeitas à disciplina das atividades locais exercidas sobre estes bens, assim como ao poder de polícia municipal.

Compete aos Municípios estabelecer o ordenamento do uso das praias, especificando as áreas destinadas aos banhistas e à prática de esportes, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (§ 1.º do artigo 5.º da Lei n.º 7.661/1988).



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Dessa forma é que o projeto em questão encontra simetria com a legislação federal, pois tem nítido propósito de salvaguardar a segurança, prevenir acidentes e zelar pela incolumidade física dos banhistas, das crianças e dos frequentadores de nossas praias.

Assim sendo, o projeto não sofre restrições de ordem legal que impeça sua apreciação pelo Colendo Plenário, razão pela qual esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada.

QUORUM: Maioria Simples.


ANTONIO EDUARDO SERRANO


MARCELINO SANTOS GOMES


SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 03 - PROC. 101/16 - PL 24/16 - 26 - S.O.

PARAPENTES - PONSOS E DECOLAGENS

| | NOME | HORÁRIO INÍCIO | HORÁRIO FIM |
|----|------------------------|-------------------|----------------|
| 1 | SERRANO | 11:22 | 11:24 |
| 2 | CARLOS EDUARDO BARBOSA | _____ | _____ |
| 3 | REZENDE | _____ | _____ |
| 4 | KARAN | _____ | _____ |
| 5 | ROMULO | _____ | _____ |
| 6 | MARCO | _____ | _____ |
| 7 | / | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |
| 16 | | | |
| 17 | | | |

Praia Grande, 25/08/2016.



ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : PROJETO DE LEI Nº 24/16

Autoria : EXECUTIVO MUNICIPAL

Ementa : Dispõe sobre operações de pouso e/ou decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia.

Reunião : 26º Sessão Ordinária
Data : 25/08/2016 - 11:24:41 às 11:25:38
Tipo : Nominal
Turno : 1ª Votação
Quorum : Maioria Simples
Condição : Maioria Simples
Total de Presentes : 17 Parlamentares

| N.Ordem | Nome do Parlamentar | Partido | Voto | Horário |
|---------|------------------------------|---------|-----------|----------|
| 1 | ANTONIO CARLOS REZENDE | PSDB | Sim | 11:24:46 |
| 2 | ANTONIO EDUARDO SERRANO | PROS | Sim | 11:25:10 |
| 3 | BENEDITO RONALDO CESAR | PMDB | Sim | 11:24:56 |
| 4 | CARLOS EDUARDO BARBOSA | PTB | Nao | 11:25:02 |
| 5 | CARLOS EDUARDO G KARAN | PSD | Abstenção | 11:24:50 |
| 6 | EDNALDO DOS SANTOS PASSOS | SDD | Sim | 11:24:50 |
| 7 | EDUARDO PADUA SOARES JARDIM | PMDB | Sim | 11:24:50 |
| 8 | EUVALDO REIS S MENEZES | PTN | Abstenção | 11:25:34 |
| 9 | HUGULINO ALVES RIBEIRO | PMDB | Sim | 11:24:53 |
| 10 | JANAINA BALLARIS | PT | Nao | 11:25:01 |
| 11 | KATSU YONAMINE | PSDB | Sim | 11:25:29 |
| 12 | MARCELINO SANTOS GOMES | PMDB | Sim | 11:25:29 |
| 13 | MARCO ANTONIO DE SOUSA | PMN | Sim | 11:24:49 |
| 14 | ROBERTO ANDRADE E SILVA | PMDB | Não Votou | |
| 15 | ROMULO BRASIL REBOUÇAS | PSD | Sim | 11:24:51 |
| 16 | SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA | PSDB | Sim | 11:25:00 |
| 17 | TATIANA TOSCHI MENDES | PMDB | Sim | 11:24:51 |

| | | | | |
|----------------------------|---------------|---------------|------------------|--------------|
| Totais da Votação : | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | TOTAL |
| | 12 | 2 | 2 | 16 |
| | 75,00% | 12,50% | 12,50% | |

Resultado da Votação : APROVADO

Mesa Diretora da Reunião :



PRESIDENTE



1º SECRETÁRIO



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 01 - PROC. 10/16 - PL 24/16 - 30 S.O.

POÇOS E DECOLAGENS

| | NOME | HORÁRIO INÍCIO | HORÁRIO FIM |
|----|--------------|-------------------|----------------|
| 1 | SERRANO | 10:40 | 10:41 |
| 2 | CADU BARBOSA | 10:41 | 10:42 |
| 3 | | | |
| 4 | | | |
| 5 | | | |
| 6 | | | |
| 7 | | | |
| 8 | | | |
| 9 | | | |
| 10 | | | |
| 11 | | | |
| 12 | | | |
| 13 | | | |
| 14 | | | |
| 15 | | | |
| 16 | | | |
| 17 | | | |

Praia Grande, 22 / 09 / 2016.



ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

Matéria : PROJETO DE LEI Nº 24/16

Autoria : EXECUTIVO MUNICIPAL

Ementa : Dispõe sobre operações de pouso e/ou decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia.

Reunião : 30ª Sessão Ordinária
Data : 22/09/2016 - 10:40:25 às 10:42:05
Tipo : Nominal
Turno : 2ª Votação
Quorum : Maioria Simples
Condição : Maioria Simples
Total de Presentes : 17 Parlamentares

| N.Ordem | Nome do Parlamentar | Partido | Voto | Horário |
|---------|------------------------------|---------|-----------|----------|
| 1 | ANTONIO CARLOS REZENDE | PSDB | Nao | 10:40:36 |
| 2 | ANTONIO EDUARDO SERRANO | PROS | Nao | 10:40:31 |
| 3 | BENEDITO RONALDO CESAR | PMDB | Nao | 10:40:47 |
| 4 | CARLOS EDUARDO BARBOSA | PTB | Nao | 10:40:34 |
| 5 | CARLOS EDUARDO G KARAN | PSD | Nao | 10:41:00 |
| 6 | EDNALDO DOS SANTOS PASSOS | SDD | Nao | 10:40:34 |
| 7 | EDUARDO PADUA SOARES JARDIM | PMDB | Não Votou | |
| 8 | EUVALDO REIS S MENEZES | PTN | Nao | 10:41:06 |
| 9 | HUGULINO ALVES RIBEIRO | PMDB | Nao | 10:40:40 |
| 10 | JANAINA BALLARIS | PT | Nao | 10:41:54 |
| 11 | KATSU YONAMINE | PSDB | Nao | 10:40:31 |
| 12 | MARCELINO SANTOS GOMES | PMDB | Nao | 10:40:41 |
| 13 | MARCO ANTONIO DE SOUSA | PMN | Nao | 10:40:41 |
| 14 | ROBERTO ANDRADE E SILVA | PMDB | Não Votou | |
| 15 | ROMULO BRASIL REBOUÇAS | PSD | Nao | 10:40:35 |
| 16 | SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA | PSDB | Nao | 10:40:45 |
| 17 | TATIANA TOSCHI MENDES | PMDB | Nao | 10:40:39 |

| | | | |
|-------------------------------|------------------|----------------|--------------|
| Totais da Votação : | SIM | NÃO | TOTAL |
| | 0 | 15 | 15 |
| | 0,00% | 100,00% | |
| Resultado da Votação : | REJEITADO | | |

Mesa Diretora da Reunião :

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 22 de Setembro de 2016.

OFÍCIO GPC-L Nº 081/16

PREZADA SENHORA:

Com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que o Egrégio Plenário desta Edilidade houve por bem rejeitar o Projeto de Lei que **“dispõe sobre operações de pousos e/ou decolagens de paramotores, parapentes e asas deltas na orla da praia”**, por ocasião da Trigésima Sessão Ordinária, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada nesta data.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real apreço.

Atenciosamente,

ROBERTO ANDRADE E SILVA
Presidente



Excelentíssima Senhora
MAURA LIGIA COSTA RUSSO
DD. Prefeita, em Exercício, da Estância Balneária de
PRAIA GRANDE

